

Aspectos das redes chilena e peruana de proteção social

Pedro Arruda e Manoel Salles, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), e Luísa A. Nazareno, consultora

Este One Pager busca sintetizar o trabalho maior de Arruda et al. (2016) sobre as políticas e os programas sociais do Chile e do Peru. As redes de proteção social desses países resultam dos respectivos contextos sociopolíticos e econômicos.

Os dois países aplicam pesquisas constantes para monitorar preços, e suas linhas nacionais de pobreza e extrema pobreza são definidas de acordo. Também implementam pesquisas nacionais de domicílio que, entre outras finalidades, possibilitam às autoridades estimar a incidência da pobreza. Contam com instrumentos de focalização que dão prioridade aos domicílios mais vulneráveis para políticas e programas sociais. O instrumento chileno – as *Fichas de Protección Social (FPS)* – deriva do instrumento prévio (de 1979) e, portanto, permite cobertura mais ampla, além de um protocolo mais preciso para validar os dados comparado com o instrumento peruano, que é recente, de 2007.

Quanto às políticas e aos programas de saúde, educação e de previdência, os dois países enfrentam desafios distintos em decorrência de sua história. No Chile, os serviços foram amplamente privatizados durante o governo Pinochet. Contudo, após a redemocratização do país, as limitações desse modelo ficaram evidentes: falta de cobertura, carga excessiva nas famílias mais pobres e desigualdades resultantes. No Peru, tais serviços foram disponibilizados de maneira universal e pública, apesar de sérios gargalos na qualidade e na escassez de recursos terem levado o governo a buscar suplementação de instituições privadas, bem como desenvolver esquemas e benefícios contributivos para grupos diferentes da população.

O sistema de saúde do Chile, que até 1973 era público e universal, foi privatizado, resultando em aumentos nos custos dos planos de saúde e menor cobertura. O sistema de educação transferiu responsabilidades para o governo subnacional e tornou-se muito dependente de parcerias público-privadas, enquanto a previdência foi completamente privatizada (exceto os beneficiários restantes do antigo sistema de pensões). Com a redemocratização, entretanto, um conjunto mínimo de garantias foi exigido pelas políticas de seguro-saúde, um limite foi imposto nas contribuições dos beneficiários e um sistema de saúde não contributivo foi criado para as pessoas mais pobres.

O financiamento para a educação passou a beneficiar escolas com maior número de alunos sob determinado limite de vulnerabilidade (em sua maioria, escolas públicas), e programas adicionais – tais como o *Chile Cresce Contigo* – foram estabelecidos para fornecer benefícios à renda, à educação, à saúde e ao tratamento psicossocial das crianças mais pobres e suas famílias. Ademais, o orçamento para o programa de alimentação escolar chileno aumentou significativamente; geralmente, essas iniciativas operam em conjunto, de forma que famílias vulneráveis tenham acesso a serviços com os quais não poderiam arcar, bem como outros programas e iniciativas. O sistema de previdência social do país passou a incorporar componentes semi e não contributivos, além de melhor assegurar benefícios básicos àqueles que não poderiam contribuir regularmente.

O sistema de saúde público do Peru sofria com gargalos financeiros e de qualidade, levando o governo a dividi-lo em dois (contributivo e não contributivo) em 2009, além de estimular o setor privado. Essa duplicação é frequentemente criticada, visto que, historicamente, os beneficiários de um sistema não podem ser atendidos por hospitais custeados por outro. Esforços recentes, incluindo caminhos mais evidentes para um sistema custear os serviços do outro, têm sido feitos no intuito de aliviar as restrições para os usuários.

A oferta de educação pública no Peru, apesar de representar o segundo maior gasto social do governo, ainda está abaixo da média latino-americana e deveria ser ampliada e melhor gerenciada com o objetivo de



alcançar mais qualidade e cobertura. Porém, a recente nacionalização do programa de alimentação escolar *Oali Warma* indica que o governo central percebe que pode ter papel ativo na melhoria da situação.

Os sistemas previdenciários de ambos os países passaram a ser sustentados por múltiplos pilares. A trajetória peruana foi bem diferente da chilena, dado que a expansão de fundos de pensão privados foi estimulada no Peru como estratégia para aliviar – não eliminar – o sistema público de repartição simples (PAYGO). Mais recentemente, o país inaugurou importantes sistemas de pensão não contributivos e semicontributivos, com a finalidade de cobrir as pessoas que não são contempladas nem pelo PAYGO nem por esquemas individuais de capitalização privada. Uma lição a ser aprendida com o Peru diz respeito às cargas inerciais impostas ao Estado por sistemas de pensão antecipada que carecem de progressividade e sustentabilidade. Mesmo nos dias de hoje, o país incorre em gastos públicos extremamente pesados para manter sistemas contributivos a maiores escalões do exército e servidores públicos.

Ambos os países contam com programas de transferência condicionada de renda (PTCR) para pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza. O PTCR tradicional chileno – *Chile Solidário* – gradualmente abre espaço para o *Ingreso Ético Familiar*, que intensifica o foco no cuidado psicossocial, visando proteger os idosos e promover a participação no mercado de trabalho. Paga benefícios maiores e assegura que parte deles alcance os beneficiários sem condicionalidades. Há também uma quantia que é paga como bônus para conquistas específicas (e.g. mulheres encontrando emprego, estudantes com o melhor desempenho na classe, etc.).

Em conclusão, pode-se dizer que os dois países contam com amplas redes de proteção social, que fornecem serviços em áreas fundamentais, como saúde, educação, previdência, segurança de renda e assistência social. Operam-se tais serviços progressivamente, com base em critérios objetivos fundamentados nas linhas de pobreza nacionais, que são monitoradas por pesquisas robustas. Alguns dos principais desafios do Peru dizem respeito a brechas na oferta e restrições fiscais, bem como a redução da sobreposição em certas áreas (e.g. serviços de saúde e previdência); enquanto o Chile é pressionado pela necessidade de expandir o papel do Estado em certas áreas, tais como educação e previdência social.

Referência:

DE ARRUDA, Pedro Lara et al. "Overview of Chilean and Peruvian social policies: impressions from a study tour." IPC-IG Working Paper No.148. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2016